

PERFIL DE PROJETO

BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Título do Projeto:	PROCIDADES – RECIFE - Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife	
Número do Projeto:	BR-L1190	
Equipe do Projeto:	Claudia Fernanda Riedlinger de Magalhães (FMM/CBR), chefe de equipe; Jose Brakarz (ICF/FMM); Eduardo Sierra (CSC/CBR); Catalina Gómez (CSC/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Nelson Simões, Vera Bazanella e José de Arimatéa Rodrigues (Consultores); e Paula Cabral (CSC/CBR).	
Mutuário:	Município de Recife (PE)	
Órgão executor:	Município de Recife (PE)	
Plano de financiamento:	Fonte	Montante
	IDB (CO)	19,062 milhões
	Local	19,062 milhões
	Total	38,124 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	B.05
	Categoria:	B

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

A. Situação do Município

- 2.1 O município de Recife, com uma população totalmente urbana de 1,5 milhões de habitantes, é o centro da área metropolitana de 3,73 milhões, que é a quinta maior do Brasil e a primeira do nordeste. Recife é a capital e centro econômico do estado de Pernambuco, concentrando 41,7% da população e respondendo por um terço do PIB total do estado. Configura-se como um centro regional concentrando as funções governamentais, os serviços de assistência social e o setor terciário, onde oferece uma gama de serviços especializados de alto valor agregado (de saúde, informática etc). Apresentou entre os anos de 1991 a 2000 uma evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) pouco significativa (de 0,740 a 0,797), o qual é considerado de nível médio¹, segundo o PNUD, e perdendo a primeira posição no estado para terceira². A cidade destaca-se como um pólo turístico-cultural internacional devido a seu patrimônio histórico e pelos atrativos de seu litoral. O PIB municipal per capita anual em 2005 foi de R\$11.102. Em geral Recife apresenta boa qualidade de serviços. Por exemplo, entre 2002 e 2005 o município apresentou melhorias significativas no acesso a serviços básicos, com um aumento de 86% para 93% no suprimento de água encanada, e de 82% para 96% na coleta de lixo.

B. Desenvolvimento Urbano

- 2.2 Apesar de estes indicadores, a cidade apresenta problemas típicos de centros

¹ O IDH-M de Recife está pouco acima da média nacional (0,699) e tem a posição 15 dentro das cidades capitais do Brasil.

² Depois dos municípios de Fernando de Noronha e Paulista.

urbanos maduros, com a deterioração de certas áreas centrais motivada pela mudança de funções urbanas e realocização dos centros dinâmicos da cidade. A área central de Recife, composta pelos Barrios de Recife, Santo Antônio e São José, remonta da era colonial e sua ocupação se faz nas várzeas do estuário do rio Beberibe e nas margens dos manguezais. Essas áreas, assim como os centros secundários, foram perdendo dinamismo econômico e população residente nas últimas três décadas, motivado pela expansão residencial em áreas periféricas e do surgimento de novas centralidades. O processo de decadência, acompanhado pelo crescimento das favelas, criou um paradoxo: enquanto a população mais pobre se vê empurrada para a periferia e vivendo em ocupações marginais, os núcleos centrais apresentam grandes estoques habitacionais, com um conjunto de imóveis de características históricas abandonados e em estado de ruína. Esse processo é particularmente grave nos espaços do entorno da Av. Guararapes e da Rua Imperial, que vem perdendo sua vitalidade econômica e social e abrigam grandes vazios construídos, com espaços públicos degradados, comércio regular decadente e atividades informais desordenadas.

C. Aspectos Institucionais

- 2.3 A Prefeitura Municipal de Recife (PMR) apresenta uma boa capacidade institucional, embora seja necessário promover o fortalecimento da gestão e do controle urbano, relacionados com a reabilitação das áreas centrais, funções dos órgãos envolvidos na execução do programa, incluindo a Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental (SEPLAM), seu órgão executor, a que se vinculam as Diretorias de Urbanismo e de Controle Urbano, e a Empresa de Urbanização do Recife (URB). Também deverá ser apoiada a Secretaria de Habitação, responsável pela gestão de programas habitacionais.
- 2.4 A PMR já executou projetos com financiamento de Bancos de desenvolvimento multilaterais³, demonstrando capacidade fiduciária adequada. Para o presente programa, será efetuada uma análise detalhada da organização institucional para uma adequada execução da operação, incluindo mecanismos de controle interno, sistema de gestão e procedimentos de aquisições, entre outros.

D. Estratégia do Município e do Programa

- 2.5 Preocupada com a deterioração de espaços urbanos de valor patrimonial e histórico, e motivada pela necessidade de dinamizar econômica e urbanisticamente algumas áreas da cidade, a PMR desenvolveu um Projeto de Reabilitação Integrada e Conservação Urbana do Território Central – Fase 1, o qual definiu onze perímetros de reabilitação integrada (PRIs) no município, que incluem as duas áreas de intervenção do presente programa - as regiões da Av. Guararapes (na zona central da cidade) e da Rua Imperial com 39,7 ha. Essas áreas, em particular, foram priorizadas pela sua importância estratégica e pelos impactos potenciais positivos de sua recuperação na cidade.
- 2.6 Os planos de reabilitação integrada e conservação urbana para estas áreas

³ Incluídos PRODETUR, Monumenta e Habitar Brasil do BID e o Programa Capibaribe Melhor do Banco Mundial.

incluem a caracterização e diagnóstico detalhados (entraves e potencialidades) e um conjunto de propostas de reabilitação do estoque de edificações e a requalificação de espaços e equipamentos públicos. Na área de Guararapes foi identificada uma forte vocação para as atividades de comércio/serviços/educação e desenvolvimento institucional de âmbito metropolitano, que poderia ser dinamizado mediante a utilização dos grandes estoques de área construída desocupada, hoje existentes. Na Rua Imperial o volume de imóveis desocupados atinge 14,7%, mas os baixos valores do solo urbano fazem viável o uso habitacional para habitação de interesse social.

- 2.7 Existem também dois projetos da PMR cuja execução repercute nas áreas de intervenção do programa. O projeto Corredor Leste-Oeste com ações de reordenamento e requalificação do espaço público na região da Av. Guararapes, e o Projeto Beira-Rio (nas margens do rio Capibaribe) que prevê a realocação das habitações precárias e a implantação de um parque linear nas duas margens, localizado próximo à Av. Imperial.
- 2.8 O programa apoiará a PMR na implementação das prioridades identificadas nos PRIs da Av. Guararapes e da Rua Imperial, especialmente no que se refere à requalificação dos espaços públicos, preservação do patrimônio histórico, solução de problemas habitacionais (com incentivo à participação da iniciativa privada na promoção de habitação para setores de baixa e média renda) e no fortalecimento da gestão municipal. O programa será complementado ainda por investimentos no setor habitacional financiados com recursos do Governo Federal, os quais ajudarão a compor a contrapartida da presente operação.

E. Objetivos e Resultados Esperados

- 2.9 O objetivo do programa é promover a reabilitação urbanística e ambiental de áreas centrais no Recife, a fim de melhorar o ambiente urbano e contribuir para a dinamização social e econômica destas áreas. Os objetivos específicos são: (i) melhorar as condições urbanísticas, sociais, ambientais e de saneamento nos bairros de baixa renda existentes nas áreas de atuação do programa; (ii) promover a função habitacional das áreas centrais e o aproveitamento dos imóveis e terrenos existentes, com foco na habitação social; (iii) fortalecer as atividades de comércio e serviços de modo associado à diversificação de usos no hipercentro do Recife e seus centros secundários; e (iv) fortalecer a capacidade institucional da PMR para enfrentar problemas urbanos e habitacionais nas áreas centrais. O programa está estruturado em dois componentes, conforme descrito a seguir:
- 2.10 **Componente I: Requalificação Urbana e Melhorias Habitacionais.** Este componente desenvolve ações de requalificação urbanística e ambiental das áreas de intervenção, mediante ações integradas de melhoramento da infraestrutura urbana, recuperação de espaços públicos e melhorias habitacionais. O componente financiará obras de requalificação do espaço público nas áreas nos perímetros de reabilitação urbana Guararapes e Imperial. Para cada área de intervenção serão desenvolvidas atividades de recuperação que poderão incluir, segundo a característica de cada área: (i) implantação de

infraestrutura urbana e recuperação ambiental-urbana; (ii) urbanização e construção de habitações para reassentamento de população de baixa renda, especialmente em áreas de risco ou de ocupação irregular (especificamente o reassentamento das palafitas da Vila Brasil e Coelhos e urbanização da Vila Papel em imóveis na região da Rua Imperial); (iii) estabelecimento de parcerias com o setor privado para promoção de habitação destinada à população entre 3 a 5 salários mínimos (SM); (iv) ampliação da rede de serviços e equipamentos sociais nas áreas de intervenção; e (v) recuperação de edifícios de valor arquitetônico e histórico, que alberguem atividades contribuintes para a dinamização das áreas centrais.

2.11 **Componente II: Fortalecimento Institucional.** O componente financiará o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão da SEPLAM, enfatizando suas atividades de controle urbano e gerência de projetos. Com relação aos problemas urbanos e habitacionais na área de abrangência do programa, o componente deverá contemplar: (i) a elaboração de estudos, que abrangeriam modelos de gestão, para a definição de estratégias de incentivo ao envolvimento do setor privado na reabilitação de áreas urbanas centrais, incluindo soluções habitacionais para segmentos de baixos e médios ingressos (até 5 SM); (ii) a aquisição de equipamentos e de sistemas de gestão; e (iii) a capacitação do pessoal dos órgãos envolvidos na execução do programa e futura operação dos sistemas resultantes.

2.12 O impacto do programa poderá ser medido por meio dos seguintes indicadores: (i) valorização imobiliária nas áreas beneficiadas; (ii) incremento de impostos arrecadados sobre as atividades comerciais e de serviços nestas áreas; (iii) aumento de atividades socioculturais à área do Centro Histórico; (iv) melhoria das condições habitacionais das famílias beneficiadas pelo programa; (v) implantação de instrumentos de gestão municipal para controle e acompanhamento de atividades urbanas.

III. TEMAS DE DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

3.1 Os aspectos mais relevantes durante a preparação do programa consistem: (i) consolidar a metodologia de intervenção para recuperação urbana, incluindo o planejamento e coordenação de ações multi-setoriais requeridas para as intervenções integrais, entre outras; (ii) coordenar as ações do programa com os investimentos do Governo Federal, de forma a assegurar a complementaridade das atividades previstas e a compatibilização dos cronogramas de obras; (iii) identificar os incentivos e as modalidades mais factíveis para a participação do setor privado nas atividades comerciais ou na promoção de habitação em áreas centrais através da recuperação do estoque habitacional existente.

3.2 O programa proposto cumpre com as condições e requisitos estipulados no mecanismo de crédito PROCIDADES⁴, e foi desenhado tomando a experiência do Banco em iniciativas semelhantes, tais como o Programa de Recuperação do Centro de Quito (1630/OC-EC), e do Programa de Saneamento Ambiental de

⁴ PROCIDADES (BR-L1043) é um mecanismo de crédito destinado a financiamento da gestão e obras de municípios no Brasil, cuja aprovação do Diretório do Banco foi em 11/10/2006.

Manaus – PROSAMIM (2006/OC-BR), nos aspectos de recuperação de áreas centrais. Além destes, os PROCIDADES de Vitória (1986/OC-BR) e Niterói (1943/OC-BR) trazem experiências exitosas para o desenho de operações de requalificação de centros urbanos em contextos similares à Recife. Estas lições incluem, entre outras, dispor de plano de intervenção e de uma estratégia de incentivos à participação dos principais agentes importantes ao processo de recuperação das áreas.

IV. SALVAGUARDAS E AVALIAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 4.1 **Salvaguardas.** De acordo com a Política de Salvaguardas Ambientais do Banco, a classificação do Programa é B (Anexo II). A Estratégia Ambiental e Social da operação (Anexo III), inclui a preparação de um informe de Análise Ambiental, o qual estará disponível ao público antes da apresentação do POD e incluirá os seguintes aspectos: (i) impactos sociais e ambientais do programa; (ii) definição dos procedimentos sócio-ambientais a serem adotados; (iii) Plano de Reassentamento, de acordo com a OP-710; e (iv) necessidades de recursos e capacitação para o adequado monitoramento ambiental do programa. As intervenções estão orientadas a melhorar as condições precárias em que vivem as famílias e, portanto, são essencialmente positivas social e ambientalmente. Os impactos adversos previstos são temporais e de baixa intensidade, ocorrendo essencialmente durante a execução das obras.
- 4.2 **Avaliação Fiduciária.** Foi realizada uma análise inicial sobre a capacidade financeira do município, baseada nos balanços contábeis, na situação patrimonial e na projeção do fluxo de receitas e despesas até 2018. Nela se confirma que Recife cumpre com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, possui capacidade financeira suficiente para aportar a contrapartida e honrar os encargos financeiros da operação e dispõe de limites para o endividamento com o Banco.

V. OUTROS TEMAS E RISCOS

- 5.1 A dependência em última instância de um ativo envolvimento do setor privado na recuperação econômica e promoção habitacional nas áreas selecionadas é um risco para alcançar as metas finais do programa. Este risco será mitigado mediante o desenvolvimento de uma série de incentivos e mecanismos econômicos para envolver oportuna e eficientemente o setor privado nas atividades do programa.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 Este programa foi registrado no *Pipeline* em 7 de janeiro de 2008 dentro do marco de mecanismo creditício do PROCIDADES. Os Anexos IV e V detalham esses acordos e estabelecem os passos necessários para alcançar a distribuição do POD em 24/08/2009 e os recursos administrativos requeridos para financiar a realização de 1 missão (US\$8.810) e contratação de consultores (US\$28.800).

Anexo I

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Urban Development and Housing	
	Project Type		Investment Loan	
	Additional Operation Details			
	Country		Brazil	
	Project Status		New Operation	
	Investment Checklist		Urban Development	
	Team Leader		claudia fernanda riedlinger de magalhaes	
	Project Title		Procidades Recife	
	Project Number		BRL1190	
	Safeguard Specialist(s)		eduardo figueroa	
	Assessment Date		2009-03-02	
	Assessment Number		2009-03022440-2	
	Additional Comments			
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type		Investment Loan	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)		No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items (?)		An Environmental Assessment is going to be performed.	
	Recommended Action		Not enough information is available or provided. Please consult ESR for guidance.	
	Additional Comments		<i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:			
	Title			
	Date		2009-03-02	

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Urban Development and Housing	
	Project Type		Investment Loan	
	Additional Operation Details			
	Country		Brazil	
	Project Status		New Operation	
	Investment Checklist		Urban Development	
	Team Leader		claudia fernanda riedlinger de magalhaes	
	Project Title		Procidades Recife	
	Project Number		BRL1190	
	Safeguard Specialist(s)		Eduardo Figueroa	
	Assessment Date		2009-03-02	
	Assessment Number		2009-03025659-2	
	Additional Comments			
PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: B	Override Rating:	Override Justification:	
	Conditions/Recommendations		Comments:	
		<ul style="list-style-type: none"> Category "B" operations normally require an environmental impact analysis (see Environment Policy Guideline: Directive B.5 for Environmental Analysis requirements). However, these operations should also establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.) where necessary. The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. These operations will normally require an environmental and/or social impact analysis, according to, and focusing on, the specific issues identified in the screening process, and an environmental and social management plan (ESMP). 		
SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks		Potential Solutions	
	Impacts leading to involuntary resettlement or economic displacement (as a result of urban renewal, barrio clearance, road widening or similar activities) are <u>minor</u> to <u>moderate</u> in nature.		<ul style="list-style-type: none"> Develop Resettlement Action Plan - RAP: The Bank should review state of property rights/land tenure in affected communities and consider wider land use change and pressures that may arise from indirect impacts such as in-migration. The client should develop a RAP that demonstrates the following attributes: (a) successful engagement with affected parties; (b) mechanisms for delivery of compensation in a timely and efficient fashion in accordance with the Bank resettlement compensation requirements; (c) budgeting and internal capacity (within client's organisation) to monitor and manage resettlement activities as necessary over the course of the Project; and (d) a grievance mechanism for resettled people (see Resettlement.pdf). 	
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:		Date:	
	Comments:			

PERFIL DE PROJETO
BRASIL
PROCIDADES – RECIFE
Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife
(BR-L1190)
ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL

I. Descrição do Programa

- 1.1 O programa tem como principal objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores das áreas centrais do Recife. Os principais objetivos específicos são:
- (i) melhorar as condições urbanísticas, sociais, ambientais e de saneamento nos bairros de baixa renda existentes e realojar população de áreas de risco ou de proteção ambiental;
 - (ii) a reabilitação e requalificação urbana e ambiental das áreas centrais;
 - (iii) contribuir para a dinamização social e econômica das áreas centrais;
 - (iv) fortalecer a capacidade institucional da PMR para enfrentar problemas urbanos e habitacionais nas áreas centrais.

II. Impactos Sociais e Ambientais Previsíveis e Medidas Mitigadoras

- 2.1. A análise realizada indica que as ações e intervenções previstas nos três componentes do programa (Habitacional, Requalificação do Espaço Público e Fortalecimento Institucional) estão em conformidade com as políticas e legislações públicas - federal, estadual e municipal – o que lhes confere característica de forte sustentabilidade.
- 2.2. De forma preliminar se antecipa que : (i) os impactos positivos se refletirão, direta e indiretamente, em toda a área urbana. Sobretudo dos projetos do componente de urbanização integrada, os quais buscam solucionar situações de precariedade em que vive a população, espera-se que o impacto do programa seja positivo social e ambientalmente. (ii) os impactos adversos previstos serão temporários, de baixo a moderados, atuando na fase de obras, que serão detalhados oportunamente no POD.

III. Estratégia e Procedimentos Ambientais no Programa

- 3.1. A Unidade de Preparação do Programa (UPP) da Prefeitura Municipal de Recife (PMR) irá elaborar um Relatório de Avaliação Ambiental do Programa (RAA) para: (i) identificar os principais aspectos ambientais e sociais do Programa como um todo (análise de sustentabilidade ambiental do Programa) e dos projetos individuais previstos no Programa (análise de viabilidade ambiental); (ii) apresentar os resultados dos estudos específicos visando o licenciamento ambiental dos projetos com impactos significativos; (iii) estabelecer critérios e procedimentos que garantam a viabilidade e a sustentabilidade ambiental dos projetos/obras a serem financiados pelo programa.
- 3.2. O RAA visará uma análise pró-ativa do programa, definindo medidas para a prevenção, correção, mitigação ou compensação dos impactos ambientais

adversos e a maximização dos impactos positivos que sejam consequência das obras e ações financiadas.

- 3.3. O RAA visará apoiar, junto à comunidade em geral, a divulgação e o esclarecimento do programa, dos seus impactos ambientais e sócioeconômicos, assim como dos critérios, procedimentos e ações institucionais para a sua sustentabilidade sócioambiental. Portanto, o RAA deverá ser dado a conhecer através de reunião pública e disponibilizado para consulta da população em geral.
- 3.4. O RAA preconizara que as intervenções estejam em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor da Cidade de Recife, os Projetos de Reabilitação Integrada e Conservação Urbana do Território Central e o do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda, e a aplicação da OP-710 no caso de possíveis reassentamentos relacionados, sobretudo, às intervenções de urbanização integrada previstas. Ainda, seguindo o estipulado no Regulamento do PROCIDADES, os projetos específicos, em consonância com as políticas do Banco, deverão ter a participação da população concernida em todos os estágios do projeto, desde a sua preparação, continuando na sua operação/conservação/manutenção.
- 3.5. Apesar do baixo risco sócioambiental diagnosticado, o RAA definirá condições, cuidados e medidas ambientais, i.e., os Critérios de Elegibilidade Ambiental – CEA, que os projetos/obras deverão cumprir para serem financiados pelo programa. A viabilidade ambiental do programa é garantida pela inserção dos CEAs nas diversas fases (“ciclo de vida”) das intervenções programadas (licitações, projeto, licenciamento ambiental, obras, supervisão, fiscalização, monitoramento, auditoria). Estes aspectos formam o escopo central dos Procedimentos Ambientais Operacionais do Programa e serão detalhados no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) em conformidade com a OP-703.
- 3.6. A PMR possui capacidade institucional nos seus órgãos ambientais para tratar dos licenciamentos ambientais e para supervisionar o cumprimento dos condicionantes das respectivas licenças. Nos aspectos sociais do Programa, de responsabilidade da Secretarias de Planejamento e de Habitação, estas apresentam também boa capacidade institucional.

PERFIL DE PROJETO**BRASIL****PROCIDADES – RECIFE****Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife
(BR-L1190)****ÍNDICE DE ESTUDOS SETORIAIS**

Setor	Descrição	Datas
Opções técnicas e de desenho	Projeto Executivo das obras de urbanização e reassentamento. Projeto Executivo de Arquitetura dos edifícios existentes requalificados ou novos	Agosto03/09
Análise de custo do projeto e viabilidade econômica	Informe final de viabilidade socioeconômica de projetos e orientações para a análise do restante dos projetos.	Agosto 03/09
Análise financeira/aspectos fiduciários e controles	Informe final de viabilidade institucional e financeira, incluindo: (i) avaliação fiduciária; (ii) gestão administrativa e de aquisições; (iii) aspectos de controle interno e externo; (iv) avaliação institucional; e (v) capacidade de implementação.	Agosto 03/09
Coleta de informações e análise para preparação de resultados	Versões finais dos diagnósticos setoriais da PMR (insumos para a definição da Linha de Base de indicadores).	Agosto 03/09
Análises institucionais e outros aspectos da capacidade para a implementação	Resultados finais das análises da capacidade institucional da PMR mediante a aplicação do SECI e Análise de Riscos.	Agosto 03/09
Aquisições	Plano de Aquisições	Agosto 03/09
Reassentamento	Plano de Reassentamento	Agosto 03/09
Atores chave e o ambiente político	As intervenções seguem as diretrizes do Plano Diretor da Cidade de Recife, e dos projetos de Reabilitação Integrada e Conservação Urbana do Território Central e do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda.	Agosto 03/09
Salvaguardas ambientais e sociais	Versão final do Informe de Avaliação Ambiental, incluindo Critérios Sócio-Ambientais de Elegibilidade.	Agosto 03/09

Anexo V

Este anexo fue extraido por ser confidencial.